

**João Gomes Cravinho**

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião do  
*INFO DAY* PORTUGAL - FUNDO EUROPEU DE DEFESA**

IDN, Lisboa, 8 de setembro de 2021.

Bom dia, é um prazer estar convosco neste primeiro Info Day organizado em Portugal sobre o Fundo Europeu de Defesa. Quero cumprimentar os representantes das empresas e das várias entidades da BTID e do Sistema Científico e Tecnológico Nacional que nos acompanham em número muito significativo aqui, presencialmente, e em modo virtual.

Felicito também a idD - Portugal Defence, a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional e o Instituto da Defesa Nacional pela colaboração na organização deste encontro. É um excelente exemplo da boa articulação que nos é exigida na defesa, no governo e na sociedade para alcançarmos uma defesa europeia mais credível.

Uma indústria de defesa forte é crucial para a efetiva autonomia e capacidade de cumprimento das missões das Forças Armadas.

Mas é crucial também para afirmar o papel de Portugal na Europa da defesa, e para credibilizar o nosso contributo para uma cultura estratégica comum e uma identidade europeia de defesa.

A Defesa europeia vive hoje um momento de profundo questionamento. O processo de retirada das forças Aliadas do Afeganistão confrontou a União Europeia com a sua dificuldade em mostrar capacidade estratégica, relevância estratégica e iniciativa estratégica.

Mas esta realidade obriga-nos a tirar as devidas lições. Desde logo, a União precisa de elevar o seu nível de ambição e reforçar as suas capacidades militares. Não podemos estar dependentes de outros para defender interesses vitais nossos que podem não ser interesses vitais de outros.

Esta reflexão é evidentemente pertinente para o tema de hoje. A aprovação do Fundo Europeu de Defesa em abril foi um dos resultados mais importantes da Presidência Portuguesa da União Europeia. Com o FED, o orçamento comunitário vai financiar pela primeira vez a investigação e desenvolvimento em defesa. Com um valor global de 7,9 mil milhões de euros, o FED é agora o principal incentivo europeu nesta área, visando precisamente preencher as lacunas da União ao nível estratégico. Lacunas que nos têm impedido de ser um ator global relevante, e que, em alguns domínios, nos tornam dependentes de terceiros e vulneráveis à interferência de atores externos.

Isto foi particularmente evidente no último ano e meio de combate à pandemia, que confrontou a União com algumas vulnerabilidades ao nível da proteção de infraestruturas críticas, das cadeias de abastecimento ou da segurança das comunicações.

Durante o período mais agudo da pandemia constatámos lacunas, por exemplo, ao nível da capacidade de a União coordenar o apoio militar entre Estados membros. Enquanto Presidência fizemos propostas para promover esta capacidade de coordenação, e foi possível avançar com a criação de uma task force para esse efeito no Serviço Europeu de Ação Externa. Mas os progressos são ainda incipientes. O FED reconhece precisamente que é preciso fazer mais, abrindo duas calls para apoiar projetos na área das capacidades médicas militares, QBRN e biotecnologia.

Precisamos de fazer mais para aumentar a nossa resiliência, justamente a palavra da moda neste período de pandemia. Num contexto de grande competição geopolítica entre grandes potências e de enormes mudanças tecnológicas, a resiliência europeia depende da nossa vontade política de aumentar à escala europeia a capacidade de deteção e resposta das Forças Armadas

a ameaças híbridas, atores não convencionais e às emergências civis complexas, com máxima atenção ao impacto das tecnologias disruptivas e à necessidade de a Europa ter aí um papel de vanguarda, uma liderança compatível com os seus interesses e os seus valores.

A criação do Fundo Europeu de Defesa representa um apelo para a indústria e para o sistema de investigação em resposta a este desafio, criando uma articulação com as instituições europeias e com as Forças Armadas dos Estados Membros. Reduzir a fragmentação do setor europeu de defesa, e assegurar cada vez mais interoperabilidade entre as capacidades dos Estados Membros são duas vias extremamente importantes para atingir este fim.

Durante a Presidência, trabalhamos intensamente com a Comissão Europeia para garantir a maioria no Parlamento Europeu e a unanimidade no Conselho (de Ministros) necessárias para assegurar a entrada rápida em vigor do Fundo. Para além do regulamento do FED, conseguimos também durante a Presidência, já perto do final de junho, aprovar o Programa de Trabalhos para 2021 que serve de base ao concurso de projetos que agora é lançado pela Comissão. No último dia da Presidência participei no lançamento público do regulamento e do programa, numa cerimónia que alguns poderão ter tido a oportunidade de acompanhar, com o Comissário Thierry Breton e o eurodeputado Cristian Busoi, presidente da Comissão Parlamentar responsável pela negociação do Fundo. Como tive oportunidade de dizer nessa ocasião, o desenvolvimento da Economia Europeia de Defesa não é apenas bom para a política de defesa. É também bom para a economia, bom para a criação de emprego, bom para a inovação.

E os europeus precisam de tudo isso para viverem de forma segura e próspera.

Este é, portanto, um momento importante para a economia de defesa nacional e europeia. As empresas de defesa têm um papel importante na nossa economia que deve continuar a ser reforçado, são um motor de inovação e de emprego qualificado. A Economia de Defesa em Portugal já é responsável por cerca de 3% do total de exportações do país e tem potencial para crescer ainda mais. Para as empresas aqui presentes, o FED representa uma oportunidade para alavancar o seu crescimento e promover a sua especialização e internacionalização.

Contudo, este crescimento só ganhará escala se a indústria nacional se souber posicionar com confiança e ambição no jogo muito competitivo da indústria europeia de defesa. Lanço,



portanto, o desafio às nossas empresas, laboratórios, centros de investigação, academias e universidades para participarem ativamente no FED, integrando consórcios internacionais, e, sempre que isso faça sentido, liderando esses consórcios.

Enquanto Ministro da Defesa, cabe-me garantir que o Estado desempenha um papel eficaz de tutela setorial na facilitação do vosso trabalho de internacionalização. Por isso assinalo com apreço o trabalho que a IdD Portugal Defence vem desenvolvendo - e para o qual conta com o apoio das estruturas do Ministério da Defesa Nacional - tanto na organização destes Info Days, como no acompanhamento muito próximo de todas as decisões da UE neste âmbito, na partilha da informação relevante com a BTID, e na promoção de contactos internacionais para estimular a rápida formação de consórcios europeus para participar nos concursos do FED.

Este trabalho é absolutamente fundamental para que a indústria nacional continue a participar em programas conjuntos, não apenas no Fundo Europeu de Defesa, mas também nos projetos da Cooperação Estruturada Permanente, da Agência Europeia de Defesa e noutros projetos cooperativos, por exemplo, no quadro da NATO. Podem continuar a contar com o nosso empenho neste trabalho. A IdD é uma criação ainda recente, mas que procuraremos continuar a reforçar, em diálogo com as necessidades da indústria.

Portugal tem sido um participante bastante ativo nos programas e ações que precederam o Fundo Europeu de Defesa, nomeadamente, no Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa (EDIDIP). Foi com muita satisfação que recebi a notícia de que Portugal ficou em 6º lugar no número

global de candidaturas de Estados Membros, aprovadas este ano naquele programa, com 18 empresas portuguesas a participar em projetos aprovados.

Isto é sobretudo mérito das empresas, dos seus gestores e trabalhadores, e dos projetos ganhadores que apresentaram. Mas creio que estes resultados foram também potenciados pela profunda reestruturação deste setor que iniciámos em 2018. Isso implica um constante acompanhamento e apoio institucional do Ministério às candidaturas elegíveis, bem como uma colaboração ativa das Forças Armadas em todo o processo, para além do papel centralizador da IdD que já referi.

Esta foi uma aposta deste Governo que é da maior importância. Continuaremos a reforçar para assegurar o mais amplo envolvimento da Indústria e do Sistema Científico e Tecnológico

nacional nas candidaturas ao Fundo Europeu de Defesa, neste e nos próximos ciclos orçamentais da União.

O bom resultado no EDIDP abre, assim, perspetivas muito interessantes para a participação portuguesa nas primeiras 23 chamadas para propostas que serão lançadas a partir de amanhã pela Comissão Europeia. Aguardarei com expectativa os resultados.

Deixo uma sugestão concreta para os participantes nacionais neste concurso. É talvez evidente, mas por vezes vale a pena repetir algo tão importante como olhar com atenção para o programa de trabalhos que lhe serve de base e perceber o seu “espírito”. Durante a negociação deste programa Portugal defendeu 5 grandes linhas de ação, que foram em grande parte acolhidas:

em primeiro lugar, a participação inclusiva das PMEs, com garantia da efetiva abertura das cadeias de abastecimento a todas as entidades elegíveis para além das tradicionalmente estabelecidas pelas grandes empresas;

em segundo lugar, um financiamento elevado destinado às tecnologias emergentes disruptivas, privilegiando projetos de elevado risco tecnológico;

em terceiro lugar, o nivelamento do mercado de defesa europeu (Level the playing field) de forma a que os EM, de todas as dimensões, se possam rever neste processo, no quadro de uma concorrência leal em que tanto a dimensão como a diversidade geográfica são tidas em conta;

em quarto lugar, o ênfase na concorrência em detrimento de adjudicações diretas (*Direct Awards*);

finalmente, a coerência com outras iniciativas de defesa da União, em particular com o Plano de Desenvolvimento de Capacidades, a

Cooperação Estruturada Permanente e a Revisão Anual  
Coordenada de Defesa - o CARD.

Tivemos como preocupação evitar duplicações e fragmentações, não só dentro da União como na relação com a NATO, assegurando que os exercícios de planeamento de capacidades das duas organizações estejam mais alinhados e possam complementar-se cada vez mais no futuro próximo.

Termino com a referência à *Bússola Estratégica*, que como sabem os ministros da defesa da União Europeia estão neste momento a preparar. Se formos bem-sucedidos, este será o primeiro conceito estratégico para a defesa europeia, que dará orientações muito concretas para avançarmos nesta política. Ao longo destes meses tenho defendido que a Bússola Estratégica deve incluir um nível de ambição acrescido no pilar de capacidades, que é precisamente aquele que mais beneficiará do Fundo Europeu de Defesa. E que

as capacidades europeias só poderão prosperar através de uma colaboração mais estreita das áreas industriais que são fundamentais para a nossa relevância estratégica, nomeadamente no campo da Aeronáutica, Espacial, Naval, Ciber ou Sistemas de Comunicação.

A adoção do Fundo Europeu de Defesa é um grande passo em frente, mas é apenas o princípio. Agora é tempo de agir e produzir resultados. Desejo por isso o maior sucesso para as vossas candidaturas.

Obrigado